**MEMÓRIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS – CONAPACC**

Data: 13 de julho de 2017. Início: 9h06min; Fim: 16h05min.

|  |  |
| --- | --- |
| Local: Espaço Cultural da AABB Maceió-Associação Atlética Banco do Brasil - Rodovia AL 101 Norte, Km 118, s/n - Bairro Pescaria, Maceió - AL, CEP: 57030-000. |  |

Relator: Joabe Gomes de Melo (IFAL - Conselheiro Suplente)

**Abertura da Reunião.**

A reunião teve início às 9:06 do dia 13 de julho de 2017. O Presidente do Conselho **Iran Normande** **(ICMBio)** deu as boas-vindas aos participantes. O **Sr. Ulisses**, representante do diretor da **AABB**, deu as boas-vindas aos participantes e enalteceu a organização do evento. Ressaltou o prazer de receber o evento e fez uma breve apresentação da estrutura física da Associação. Em seguida, o presidente do Conselho fez a apresentação dos novos membros da equipe: Alexandra Costa, Carolina Neves, Diego Santos, Pedro Pereira e Paula Nascimento. O Analista Ambiental, Ulisses Santos, destacou ainda o aumento da força de trabalho relacionada à pesquisa e ao monitoramento. Logo em seguida, foram apresentados os novos conselheiros: Iara Sommer (ICMBio), Rafael Lustosa (Instituto Yandê), Paula Gomes (UFRPE), Beatriz Mesquita (Fundação Joaquim Nabuco), Joany Deodato (Agência Estadual do Meio Ambiente) e Jéssica Frias (Prefeitura de Tamandaré).

A secretária do CONAPACC, **Ana Paula Moura (AMITUS)**, indagou se haviam sugestões para modificação da Memória da 22ª reunião do conselho. O Analista Ambiental **Ulisses** alterou, no momento da reunião, alguns itens da memória de acordo com as sugestões dos seguintes conselheiros: **Bruno Stefanis** **(Biota)** e **Luiz Cláudio** **(CCCVB).** Em seguida a ata foi aprovada. A secretária leu a proposta de pauta: 1- Organização do planejamento para a Revisão do Plano de Manejo da APA Costa dos Corais; 2**-** TAC para visitação à piscina natural da Ponta de Mangue em Maragogi; 3- Informes; 4- Apresentação sobre a gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente pela Secretaria de Meio Ambiente de Maragogi; 5- Apresentação da Campanha do Orgulho na APA Costa dos Corais, do Programa Pesca para Sempre da RARE; 6- Apresentação do PELD Tamandaré Sustentável/Parceria UFPE-CEPENE; 7- encaminhamentos. A secretária perguntou se a plenária teria alguma sugestão de modificação da pauta. **Vandick Batista (UFAL)** mencionou que não tinha entendido a forma como foi exposta e sugeriu primeiro a apresentação das informações para posteriormente acontecerem as deliberações. **O presidente do conselho** afirmou que não haveria nenhum problema, pois, as pautas são independentes. A pauta foi aprovada pela plenária da forma que foi apresentada.

**Pauta 1: Organização do planejamento para a Revisão do Plano de Manejo da APA Costa dos Corais.**

O presidente **Iran** fez uma apresentação sobre a importância da Revisão do Plano de Manejo. Explicou que em vez de avaliar os pedidos dos setores individualmente, as demandas serão atendidas num único momento incorporando os diversos segmentos da sociedade, que terão participação ativa nesse processo. Lembrou ainda, que todo o plano foi referendado por Brasília.

**Arlindo Gomes**, analista ambiental do ICMBio **(CR-6)** apresentou a nova abordagem de elaboração e revisão dos planos de manejo. Na sua apresentação, abordou os aspectos históricos, as dificuldades de se trabalhar esses planos, os desafios para elaborar e implementar, tão como superar essas questões. Durante sua apresentação, dois documentos foram citados “Padrões abertos para a prática de conservação” e o “documento base”. Foram apresentadas todas as etapas para a revisão do plano de manejo bem como os desafios para aplicação da nova abordagem (anexo 1). Logo em seguida, o presidente Iran explicou o fluxograma da revisão desse plano de manejo, que foi enviado com antecedência a 23ª reunião, para todos os conselheiros (anexo 2) e ressaltou que a previsão de conclusão dos trabalhos é o primeiro semestre de 2019. Depois, a bióloga **Carolina Neves** **(bolsista GEF-Mar/APACC)** apresentou o cronograma da agenda socioambiental de revisão do plano de manejo da APACC e indagou se gostariam que o documento fosse lido. O Analista **Ulisses** mencionou que era desnecessário, pois os integrantes receberam o arquivo com antecedência. A apresentação da agenda mostrou que durante a revisão do plano de manejo, todos os municípios serão contemplados com as reuniões, devido a preocupação de que revisão do plano de manejo seja a mais participativa possível. Haverá coleta de subsídios junto às comunidades e diferentes setores da sociedade. Após as reuniões setoriais, as demandas serão consolidadas e, a partir disso, serão realizadas as saídas de campo com intuito de fazer avaliações “*in situ*”. Em seguida, os membros do conselho começaram a fazer sugestões. O conselheiro **Severino dos Santos (CPP)** ressaltou alguns pontos: 1- A necessidade de se fazer uma oficina “ampliada” em Tamandaré com os pescadores; 2- A necessidade de se incluir o rio “Mamucaba” (nos municípios de Porto de Pedras, São Miguel e Passo de Camaragibe, pois as atividades com pescadores estão centradas no rio “Mamucaba”); 3- Necessidade de fazer uma oficina em São Miguel dos Milagres com os pescadores; 4- Discutir com os usuários nas áreas de estuários de outras localidades. O analista **Ulisses** mencionou que há no planejamento a inclusão de usuários de outras áreas, nos diferentes níveis, como nos estuários do rio Una (Barreiros) e do rio Manguaba (Porto Calvo). Foi registrada, como sugestão, a possibilidade de fazer reuniões com as comunidades que usam os estuários. Também foi sugerida pelo **Severino** a necessidade de setorizar as reuniões. O mesmo também ressaltou a necessidade de incluir o setor imobiliário. O Analista **Ulisses** sugeriu, pelo menos, uma reunião com o setor imobiliário de Pernambuco e outra com o de Alagoas. O analista **Iran** explicou que as reuniões são setorizadas porque são públicos diferentes, com interesses distintos, níveis de escolaridade e metodologias diferentes. Todas as reuniões serão abertas para o público em geral. O mesmo explicou o motivo da cidade de Maragogi ter o maior número de reuniões é devido ao maior número de pedidos e demandas. **Iran** chamou a atenção para o local de realizações das reuniões da academia. A sugestão foi que fossem realizadas em Maceió, no que se refere aos pesquisadores de Alagoas, pois a capital concentra o maior número de pesquisadores. O conselheiro **João Borges (FMA)** indagou se as informações geradas e disponibilizadas pela academia, serão incorporadas nas informações da revisão do plano de manejo. O conselheiro **Luiz Cláudio** perguntou qual a equipe que irá fazer a gestão do plano de manejo. Além disso, indagou quais os atores que serão convidados e a formatação. **O prefeito de Maragogi**, **Sérgio Lira** gostaria que fossem realizadas reuniões prévias onde seriam fornecidas informações que possibilitassem a preparação para a efetiva participação. O conselheiro **Mauro Maida (UFPE)** sugeriu que fossem realizadas reuniões mais abrangentes (gerais) sem distinção geopolítica. **Iran** ressaltou que o formato levou em conta as características locais, onde primeiro as contribuições serão trabalhas a nível local/setorial e posteriormente numa escala mais ampla. Em resposta ao conselheiro João, o **Iran** respondeu que está em curso uma atualização de materiais bibliográficos e que as reuniões da academia também serão fontes de informações. A bióloga **Carolina** reforçou o porquê das reuniões setoriais e que logo após as consolidações desses resultados, será feito um pré-zoneamento e em seguida apresentado nas pré-oficinas de planejamento participativo. Ressaltou também que haverá muitos momentos/reuniões para a participação e colocação dos diferentes agentes.

O analista **Ulisses** explicou o método de escolha dos agentes participantes de acordo com o documento (anexo 2). O mesmo, em reposta ao Conselheiro Sérgio Lira, afirmou que haverá reuniões prévias e que outras podem ser pensadas/planejadas de acordo com a necessidade (Exemplo: reuniões com os prefeitos e secretários municipais). **Ulisses** também ressaltou que o número maior de reuniões em Maragogi com os pescadores (três) comparando com o setor do turismo (uma) é porque com os pescadores e pescadoras se faz necessário ir até os locais onde os mesmos estão, deixando-os à vontade, e adotar uma linguagem adequada que possibilite a efetiva participação dos mesmos. No caso do setor do turismo, há como agregar todos num único momento com facilidade. **Iran** explicou que a equipe vai conduzir esse processo de acordo com normas internas do ICMBio e que todos os analistas darão suporte. Atualmente, há três analistas de Brasília, um analista da Coordenação Regional, dois analistas da APA Costa dos Corais e um analista do CEPENE envolvidos no processo. Ele lembrou que além da revisão do plano, os analistas não deixarão de fazer as demais atividades (monitoramento, fiscalização...). Um conselheiro mencionou que, de modo geral, os municípios estão em diferentes estágios de zoneamento. Assim o mesmo indagou se havia uma forma de avançar com as atividades, via prefeituras, e como os gestores iriam fazer frente a esse cenário. Em resposta, o analista **Iran,** disse que na rota ecológica, especificamente, não haverá alteração de zoneamento, nem do plano de manejo. Lá haverá o ordenamento de visitação dentro da zona de conservação do peixe-boi. No caso do ordenamento do turismo, o que estará no plano de manejo são basicamente as delimitações das zonas e as regras gerais das zonas. Todo o detalhamento de uso, que se encontra hoje no plano de manejo, irá compor o “plano de uso público” (instrumento que permite uma avaliação contínua visando um possível replanejamento). Encaminhamentos feitos: inclusão de uma reunião com os gestores municipais (aprovado). Os planejamentos com as alterações sugeridas serão enviados para todos os conselheiros. Haverá duas reuniões gerais com a parte da academia.

**Aviso:** A secretária reforçou a necessidade dos conselheiros informarem e-mails atuais e, se possível, os pessoais. Muitas mensagens enviadas para os e-mails institucionais estão retornando.

|  |
| --- |
| **Pauta 2: TAC para visitação à piscina natural da Ponta de Mangue em Maragogi**. |

O presidente **Iran** ressaltou que a equipe do ICMBio fez uma análise prévia dos pontos enviados e apenas um (1) foi considerado urgente. Posteriormente o analista **Eduardo Almeida (ICMBio)** fez uma apresentação histórica das solicitações e respostas e reafirmou que apenas o ponto relacionado a Ponta de Mangue deva seguir para análise. As demais serão analisadas, de acordo com pertinência, nos trabalhos de Revisão do Planejo de Manejo. O Analista **Tadeu Oliveira (ICMBio)** apresentou as atividades de fiscalização realizadas na piscina natural de Ponta de Mangue. Ressaltou o uso indevido de algumas áreas e o diálogo constante com a população local, informando sobre os aspectos legais. Foi apresentado também o elevado número de autuações. O prefeito **Sérgio Lira** externou que não concorda que os assuntos sejam discutidos primeiro em Brasília e depois aqui. Ele ressaltou que os assuntos devem ser tratados e discutidos primeiro em fóruns locais antes de serem remetidos para Brasília. O mesmo enfatizou que a defesa que foi feita quanto à piscina de Ponta de Mangue foi exclusivamente para o turismo de base comunitária. O conselheiro **Luiz Cláudio** abriu espaço para dois usuários da área apresentarem os seus pontos de vista. **Rafael (um dos usuários da região de Ponta de Mangue)** apresentou um histórico recente onde citou itens como: o início da exploração das piscinas naturais de Ponta de Mangue (pelos operadores locais de lanchas), as solicitações que fizeram ao ICMBio para liberação das piscinas e as idas a Brasília. O mesmo apresentou a reivindicação dos operadores locais de lanchas para a exploração das piscinas. O conselheiro **Vandick** ressaltou a necessidade de mais informações para a tomada da decisão, dos diferentes atores interessados. Também afirmou que ficou claro que não está havendo um controle adequado. Na opinião do mesmo, existe a necessidade de mecanismos de colaboração que propiciem o aumento do controle. Seria muito interessante que a demanda da comunidade local viesse associada com a contrapartida de que os mesmos exercessem uma contribuição com algum tipo de controle, por exemplo. Como parte do processo de rediscussão do plano de manejo é que cada área e/ou recurso vai ter um objetivo principal de uso, que pode ser social, de manutenção da biota, econômico ou oficialização. O mesmo se posiciona que se faça uma negociação com o turismo de base comunitária, de uma forma extremamente reduzida. Ressaltou a necessidade de aumento de mecanismos de controle e informações para evitar os riscos associados ao aumento da utilização. A deliberação deve acontecer numa próxima reunião. **Iran** enfatizou que os estudos apresentados pelo Rafael foram realizados de forma independente. **Ana Paula** irá encaminhar para os conselheiros ambos os estudos. O conselheiro **Francis Hurst (SEDETUR-AL)** indagou se os estudos independentes incluíram dados sobre a capacidade de carga e os mergulhos que estão sendo realizados. O termo de ajuste de conduta deve contemplar o número de pessoas que farão mergulho e que os mesmos sejam vendidos por uma agência ou receptivo, na praia, e que isso deve ser registrado. O conselheiro **Bruno** perguntou se essa questão (TAC) iria influenciar na dinâmica do plano de manejo. Também perguntou se o ICMBio iria fazer um estudo de capacidade para comparar com os estudos que foram realizados de modo independente. Por último, perguntou se as solicitações dos diferentes setores continuariam a ser analisadas continuadamente pelo conselho. O presidente **Iran** ressaltou que as demandas legítimas da sociedade devem ser acolhidas e analisadas. O TAC proposto visa não esperar a revisão do Plano de Manejo, pois o pedido é que isso seja tratado com prioridade. O estudo já foi feito pelo ICMBio e o resultado já foi apresentado. O conselheiro **João** ressaltou a necessidade de se pensar a unidade de conservação realmente como unidade. Também ressaltou que sente falta de algumas informações imprescindíveis para encaminhar uma questão desse tipo. João acha que é precoce o encaminhamento de abertura de uma nova área. A conselheira **Beatriz Mesquita (FUNDAJ)** fez algumas observações conceituais quanto às palavras “turismo comunitário” e “economia solidária”. O cenário apresentado é claro em apresentar que os termos estão sendo usados de maneira equivocada. Há uma necessidade de se trabalhar a proposta para que realmente se caracterize como uma de turismo comunitário. Além disso, é pertinente que a população local seja capacitada. **Luiz Cláudio** também reafirmou a necessidade de mais informações para se tomar uma decisão justa. Se não há a possiblidade de ter a permissão de visitação, a degradação e os conflitos tendem a persistir, pois provavelmente a área continuará a ser explorada. A permissão de exploração (ainda que provisória) da área possivelmente ajudará na conservação de outras áreas adjacentes. Também foi ressaltado o aspecto econômico e social dos que atuarão na atividade. Pediu que na votação fossem considerados os aspectos geográficos, sociais e econômicos. Também lembrou da necessidade do funcionamento efetivo dos CONDEMAS para a conservação do ambiente. **O prefeito Sérgio Lira** passou a palavra para o **secretário João Lessa,** que afirmou que o estudo de suporte e carga apresentado foi feito também pela prefeitura e levou em conta metodologias validadas. Segundo ele, foi levada em consideração a “Política Nacional de Base Comunitária” como também o “Diagnóstico Socioambiental”. Foram realizadas entrevistas com 48 pescadores. Os dados bióticos foram meramente observacionais. Aproximadamente 80% da população local ganha entre 1 e 0,5 (meio) salário mínimo. O grau de escolaridade, no geral, é o primeiro grau incompleto e/ou completo (aproximadamente 70%). O saneamento básico é precário. Mais de 90% dos mesmos são pescadores. Há a necessidade de ações que venham melhorar as condições de vida da população local. A conselheira **Rosângela Lessa (UFRPE)** afirmou que os estudos referentes à capacidade de carga necessitam ser revistos devido às disparidades. Disse também que é preocupante a qualidade de serviços turísticos oferecido na região. Ter mais informações como: quem utiliza? e, de que maneira utiliza? O mergulho sem controle e o número excessivo de visitação são preocupantes para a questão ambiental. **Iran** passou a palavra para o **Renato Scalco (advogado da Associação dos Operadores de Mergulho de Maragogi)** que esclareceu que Maragogi tem seis operadoras de mergulho, autorizadas (a mesma não atua em Ponta de Mangue). A Associação comporta três das seis operadoras autorizadas. As que fazem parte da Associação seguem todos os critérios e leis estabelecidos. O conselheiro **Henrique Dantas (SINGTUR)** reforçou as palavras da conselheira Beatriz no que diz respeito à conceituação de “turismo comunitário”. Enfatizou que há atividade clandestina em todo o litoral Norte e que o código de defesa do consumidor não é obedecido pelos que exercem a atividade clandestina. O conselheiro **Rafael Lustosa (YANDÊ)** ressaltou que os estudos independentes não enfocaram a questão ecológica. É necessário saber se as piscinas ainda possuem condições de receber o turista. Perguntou se depois de muitos anos recebendo-os sem nenhum controle, como estaria a situação desse lugar? e a questão do quanto é significativo essa área para a pesca artesanal? Reforçou a necessidade de mais estudos para uma melhor tomada de decisão. O conselheiro **Rivaldo Couto (IBAMA-AL)** ratificou as informações de outros conselheiros. Mencionou que a análise do TAC é precoce e necessita de informações técnicas incluindo a qualidade ambiental da área e a real vocação da área. Perguntou qual a dinâmica dos pedidos protocolados pelas instituições? **Iran** afirmou que esse foi o primeiro pedido protocolado logo após a publicação do Plano de Manejo. Outras solicitações estão sendo avaliadas e algumas foram recusadas. O conselheiro **Severino** propôs que os estudos e dados fossem enviados para as câmaras temáticas, para uma melhor análise, e numa próxima reunião seria tomada a reunião. A conselheira **Paula Gomes (UFRPE)** ressaltou que os termos do TAC fossem apresentados e também as contrapartidas ficassem claras. Reforçou os argumentos do conselheiro Severino. Complementando, o conselheiro **Luiz Cláudio** ressaltou a importância de se pensar no Meio Ambiente.

Após as colocações dos conselheiros foi feita a seguinte pergunta: “O conselho recomenda que o ICMBio negocie e celebre os termos do TAC para permissão provisória da visitação das piscinas naturais em Ponta de Mangue, Maragogi, até a conclusão da revisão do Plano de Manejo da APA Costa dos Corais? Sim ou Não?

Sim- 23

Não- 2

Abstenções 3

Concluída a discussão desta pauta, o Conselho aprovou consensualmente a proposta do presidente em criar um Grupo de Trabalho do TAC de Ponta de Mangue, composto por 1 (um) representante de cada Câmara Temática (CT) e mais um membro indicado pela gestão, sendo um total de 5 (cinco) membros.

**INFORMES:**

**Informe 1:** O conselheiro **Bruno Stefanis** avisou sobre o Programa “encalhou”. Uma campanha com o objetivo de informar a população sobre as instituições que trabalham com resgate de animais marinhos. Ele está divulgando nas diferentes instituições (SAMU, Central telefônica da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, entre outras) e diretamente com a população.

**Informe 2:** A conselheira **Beatriz Mesquita** informou que há duas propostas de projetos de pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco em parceria com o ICMBio. A mesma ressaltou que em breve trará mais informações. Também informou que estava disponível para apresentar a sua tese. Pede o apoio e parceria dos que fazem a APA Costa dos Corais para o projeto da “TeiaPesca” (Teia de Redes de Apoio à Pesca Artesanal do Brasil) que visa discutir as Diretrizes Internacionais da Pesca Artesanal.

**Informe 3:** O conselheiro **Severino** **Santos** informou sobre a Audiência pública do TAUS que ocorreu no município de Porto de ´Pedras. A SPU está procedendo as documentações necessárias e finalizando as consultas junto aos ´proprietários que não estiveram na audiência. O mesmo espera que até o final de 2017 os TAUS sejam liberados.

**Informe 4:** O conselheiro **Sérgio Lira** convidou todos os conselheiros a participarem do evento promovido pela Confederação Nacional de Municípios, que será nos dias 02 e 03 de outubro no Centro de Convenções do Hotel Salinas. O mesmo informou que nesse evento haverá um painel sobre “Atividade turística em Áreas de Preservação Ambiental no Brasil”.

**Informe 5:** O conselheiro **Manoel Pedrosa** **(SEMA – Tamandaré)** disse que há a necessidade de se discutir a competência de fiscalizar e licenciar, pelo Consórcio, a gestão ambiental. O mesmo enfatizou que não se pode delegar o poder de polícia ao consórcio, e sim outras atividades. O mesmo fez menção da última ata, na linha 298.

**Pauta 3: Apresentação sobre a gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente pela Secretaria de Meio Ambiente de Maragogi**.

O Assessor técnico da **Secretaria de Meio Ambiente de Maragogi, Sr. Marcelo Ribeiro,** apresentou a proposta do “Fundo Municipal de Meio Ambiente” com posterior complementação do **Prefeito Sérgio Lira**. O conselheiro **Ulisses** ressaltou que o valor cobrado de R$ 2 reais é pouco frente às necessidades atuais. Outras questões devem ser contempladas, tais como a questão da capacitação dos operadores de turismo, melhoria da sinalização, técnicos para trabalhar a questão da educação ambiental, entre outras. O mesmo sugeriu que as responsabilidades sejam divididas entre as secretarias assim como os recursos do fundo. O conselheiro **Mauro** lembrou da época de criação dos CONDEMAS e que o preço foi cobrado de acordo com a projeção feita na época (aproximadamente 78 mil visitas ao ano nas Galés). Concorda em aumentar os valores pois os mesmos não acompanharam os aumentos dos passeios. O conselheiro **Henrique** anunciou que fez uma pesquisa nos principais receptivos da cidade de Maragogi e constatou que não era gerado nenhum tipo de “ingresso” referente ao pagamento realizado pelo turista para ir às piscinas naturais. Indagou como era feito o controle. O conselheiro **Iran** informou que há um controle, feito pelos monitores ambientais e que está sendo feita uma consultoria, capitaneada por Brasília, para melhor recolher essa importância. O conselheiro **Manoel** parabenizou a iniciativa pela reestruturação do COMDEMA e do Fundo de Meio Ambiente e disse que iria utilizar a “receita” apresentada para subsidiar propostas semelhantes em sua cidade. O mesmo citou dois programas para que os gestores refletissem: a questão do pagamento por serviço ambiental e o ICMS socioambiental. A conselheira **Ana Paula** perguntou sobre a forma de controle (a mesma achava que era em forma de ticket) e o que a secretaria pretende fazer para sensibilizar o turista quanto à preservação ambiental. O conselheiro **Francis** indagou como está a tramitação para que o município de Maragogi possa licenciar e quais os tipos de licenciamento feitos pelo Município. O conselheiro **Rivaldo** parabenizou a iniciativa do Fundo Municipal de Meio Ambiente. Voltou a falar da atuação do consórcio. O consórcio municipal viabiliza o município a fiscalizar e licenciar. Enfatizou que o termo “fiscalizar” é abrangente. **Marcelo** esclareceu que enxerga com bons olhos as considerações do conselheiro Ulisses e ressaltou a competência do ICMBio. O mesmo expressou o desejo realizar cooperações técnicas com o ICMBio. Também concordou com as colocações da conselheira Ana Paula no sentido de alavancar ações de Educação Ambiental. Falou que não irá se limitar apenas as piscinas naturais mais também a outras atividades que propiciem o desenvolvimento sustentável. Com a relação ao que Francis colocou, o licenciamento começará com empreendimentos mais simples (oficina mecânica, padaria, casa de festas, casa de farinha, entre outras).

Encerrada a discussão, a pauta “Apresentação do PELD Tamandaré Sustentável/Parceria UFPE-CEPENE” foi transferida para a próxima reunião

**Pauta 4: Apresentação da Campanha do Orgulho na APA Costa dos Corais, do Programa Pesca para Sempre da RARE**.

**Nataly**, representante da RARE, iniciou sua informando que a RARE é uma Organização Internacional que vem desenvolvendo projetos que contribuem para a gestão sustentável dos recursos naturais. Foram apresentados os elementos teóricos, objetivos, metodologia e resultados esperados do projeto. O conselheiro **Mauro** enfatizou que a demanda existe a muito tempo, que não há o ordenamento da pesca do camarão em Pernambuco. Afirmou que a produção diminuiu drasticamente. Expressou que esse projeto será uma iniciativa de juntar a comunidade pesqueira para propor medidas para tentar recuperar os estoques naturais. Complementando a fala do Mauro, **Nataly** afirmou que antes de realizar um trabalho, a RARE faz uma prospecção. Neste sentido, a ideia é que esse projeto seja um exemplo para todo o Brasil. O conselheiro **Iran** perguntou sobre o período e o valor do projeto. **Nataly** disse que o projeto começou em março de 2017 e seguirá até 2019 (dois anos) e depois mais seis meses do processo de continuidade. O valor utilizado será de R$ 65.000,00 reais e o valor da continuidade será estabelecido de acordo com o desenvolvimento dessa área. Os coordenadores recebem uma bolsa de R$1.300,00 reais. **Eduardo** fez os seguintes questionamentos: Considerando o ciclo do camarão, o tempo proposto no projeto será suficiente? Solicitou esclarecimentos para os termos apresentados “acesso exclusivo” e “sistema de fiscalização local”. Como resposta **Nataly** explicou que em dois anos, é possível alcançar os objetivos e metas. O acesso exclusivo, fora do Brasil, tem mostrado vários benefícios (tanto para a comunidade quanto para os recursos que estão sendo geridos). Quando a comunidade gera um determinado recurso, geralmente ela se torna responsável pela fiscalização do território. Todavia, há a intenção de se construir, de forma legal, mecanismos de fiscalização que envolva os comunitários. A Conselheira **Beatriz** mencionou algumas preocupações: a escolha da espécie alvo foi em função da importância dessa espécie para a comunidade? O camarão, em Tamandaré, seria a espécie mais importante? Como foi o processo de escolha da espécie? A mesma mencionou que há uma série de conflitos envolvendo essa espécie e indagou como o projeto pretende tratar isso. Qual a lógica da escolha e das comunidades e espécies? O conselheiro **Bruno** expressou que a RARE vinha trabalhando com RESEXS e começou a trabalhar com APAS. O mesmo perguntou o motivo da mudança de categoria da unidade e o que aconteceu na RESEX de Jequiá. O conselheiro **Severino** respondeu a Beatriz, que a questão foi discutida com os pescadores e os mesmos deliberaram a questão do camarão. Somado a isso, há dados prévios de produção da espécie e outros quesitos também foram levados em conta como a questão da qualidade ambiental desse produto. Foi mencionado que os pescadores tanto de São José da Coroa Grande quanto de Sirinhaém também serão envolvidos já que utilizam a área de Tamandaré. **Nataly** respondeu que a escolha da espécie foi fruto de uma discussão entre as pessoas da localidade. Também se levou em conta os dados pretéritos disponíveis sobre a espécie. Na região, o camarão é muito importante economicamente para vários pescadores porque em períodos eles vivem especificamente da comercialização desse recurso pesqueiro. Além disso, há o processo de conservação e pesquisa, dentro da APA Costa dos Corais, e a ideia é reduzir o arrasto que causa um grande impacto ambiental para a pesca, sendo necessário criar alternativas para regulamentar a forma de pescar, como reduzir esses impactos para que isso seja replicado ao longo de toda a costa brasileira. Respondendo ao conselheiro Bruno, **Nataly** ressaltou que a RARE levou em conta diversos indicadores para a escolha da RESEX de Jequiá, tais como, o processo de governança em que se encontrava a RESEX, o processo em que estavam e os potenciais coordenadores locais. O conselheiro **Fabiano** **Pimentel** **(CEPENE/ICMBio)** parabenizou a iniciativa e informou que em Rio Formoso existe um processo para abertura de uma reserva extrativista e que seria uma boa oportunidade para somar esforços levando em conta o estudo com a tainha. **Nataly** agradeceu o comentário e mencionou a possibilidade de intercâmbio, onde os coordenadores locais visitarão RESEXS no Pará e consequentemente aprenderão com a troca de experiências. É esperado que os coordenadores locais atuem como replicadores.

O presidente **Iran** parabenizou a iniciativa e mencionou o apoio da APA Costa dos Corais para o que for necessário. Agradeceu também a presença de todos e informou que a próxima reunião do CONAPACC está marcada para o dia 09 de novembro de 2017. Por fim, deu por encerrada a reunião.